

ANÁLISE DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE INCLUSÃO NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA

Ednilsa Ferreira de Oliveira¹
Cledson de Souza Silva²
Deyve José da Silva Vidal³
Francenilde Prado Bezerra⁴
Maria Sorahya dos Santos⁵

RESUMO

A busca por uma sociedade mais justa e igualitária tem impulsionado transformações significativas no cenário educativo, especialmente no que diz respeito à inclusão de todos os indivíduos em ambientes escolares, independentemente das diferenças que apresentam, buscando superar barreiras históricas e criar ambientes educacionais verdadeiramente acessíveis e inclusivos. Sendo assim, surgiu a proposta de investigar e analisar as políticas educacionais de inclusão, no município de Fortaleza, considerando os documentos norteadores dos órgãos competentes, e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – PNEEPEI/2008, como ferramenta de orientação para práticas efetivamente significativas para o público alvo da educação especial. O estudo busca compreender a trajetória e os desafios das políticas educacionais para alunos com deficiência nas escolas municipais de Fortaleza, visando fortalecer as práticas inclusivas, por meio de uma análise bibliográfica da legislação proposta para a realização dessas ações. Objetivamos então nessa pesquisa, identificar e compreender os desafios encontrados no percurso educacional das pessoas com deficiência, em ambientes de ensino, e o que é necessário para que a aprendizagem aconteça de forma significativa para cada aluno, respondendo aos questionamentos geradores dos aspectos a seguir relacionados, como: a efetiva inclusão dos alunos com deficiência nas salas de aula regulares das escolas municipais de Fortaleza; a formação adequada para todos os profissionais das instituições de ensino que recebem os alunos com deficiência; a análise das políticas públicas e educacionais implementadas para a melhoria na qualidade do ensino ofertado a esses alunos, e para que o embasamento teórico apresente coerência nos fatos e argumentos, seguiremos a orientação da autora Mantoan, 2003, que enfatiza a real proposta da inclusão, e como esta deve propagar-se no ambiente escolar.

Palavras-chave: Educação, Inclusão, Desafios, Políticas públicas, Políticas educacionais.

¹ Mestranda do curso de Avaliação de políticas públicas da Universidade Federal do Ceará – UFC, ednilsa.prof@gmail.com;

² Mestrando do curso de Avaliação de políticas públicas da Universidade Federal do Ceará – UFC, clwel.rj@gmail.com;

³ Mestrando do curso de Avaliação de políticas públicas da Universidade Federal do Ceará – UFC, deyvevidal@educacao.fortaleza.ce.gov.br;

⁴ Mestranda do curso de Avaliação de políticas públicas da Universidade Federal do Ceará – UFC, pradonide@gmail.com;

⁵ Mestranda do curso de Avaliação de políticas públicas da Universidade Federal do Ceará – UFC, sorahya_santos@gmail.com

INTRODUÇÃO

O movimento pela inclusão educacional, tem transformado as práticas pedagógicas e as políticas públicas ao redor do mundo, buscando assegurar a todos os estudantes o acesso a uma educação de qualidade que respeite suas particularidades e necessidades. No Brasil, esse impulso inclusivo é uma resposta direta às demandas por uma sociedade mais justa e igualitária, conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que pressupõem a educação como um direito de todos.

Na cidade de Fortaleza, a inclusão de alunos com deficiência nas escolas municipais é uma realidade em constante evolução, e enfrenta desafios singulares e específicos para sua efetivação. Tentando desmistificar este assunto, o presente estudo propõe a investigação e análise das políticas educacionais de inclusão no município supracitado, com foco nos mecanismos e práticas adotadas para atender a diversidade e as necessidades dos alunos. Como justificativa para a investigação, questionamos os avanços legais e embasamentos teóricos que permeiam o assunto, afim de compreender as lacunas existentes entre a política formulada e sua prática efetiva nas instituições de ensino.

O objetivo principal desta pesquisa, é identificar e compreender os desafios e progressos da implementação de políticas educacionais inclusivas no município de Fortaleza, como essas políticas têm sido replicadas em práticas pedagógicas específicas, e qual o impacto destas práticas nas experiências de aprendizagem dos alunos com deficiência. Em seguida, investigaremos a formação e o preparo dos profissionais de educação envolvidos no processo, bem como a adequação da infraestrutura das unidades escolares para o atendimento inclusivo.

A metodologia utilizada no estudo, adota uma abordagem qualitativa, utilizando a análise bibliográfica e documental de legislações e políticas públicas relevantes sobre o tema em questão, como base para conhecimento legal das informações fornecidas. Será complementada pela realização de entrevistas semiestruturadas, direcionadas a: gestores escolares, professores e pais dos alunos com deficiência, para constatação da efetivação das leis, diante do foco do público atendido. Esta análise permitirá uma compreensão mais aprofundada das percepções e experiências de todos os envolvidos diretamente com a educação inclusiva, refletindo sobre o entendimento das práticas inclusivas adotadas.

As discussões e resultados preliminares apontam que, embora exista um marco regulatório robusto para a inclusão, ainda existem desafios a serem superados, tais como: a qualidade da capacitação de professores, a infraestrutura física das escolas, e a sensibilização da comunidade escolar sobre as necessidades dos alunos com deficiência. Esses desafios destacam a discrepância entre a teoria inclusiva e sua prática, sugerindo a necessidade de políticas mais efetivas e de ações estruturadas que garantam a implementação eficiente das diretrizes inclusivas.

Este trabalho revela ainda, que a inclusão efetiva vai além da mera integração de alunos com deficiência em salas de aula regulares, o processo requer uma transformação cultural, estrutural e pedagógica que garanta a todos os alunos oportunidades iguais de aprendizagem, respeitando suas individualidades e promovendo uma educação inclusiva de fato, gerando uma reflexão crítica sobre as políticas de inclusão educacional no município de Fortaleza, indicando caminhos para futuras intervenções que possam diminuir as barreiras, físicas e conceituais enraizadas na sociedade, promovendo a plena participação de todos os alunos no processo educacional.

METODOLOGIA

Este estudo utiliza uma abordagem qualitativa, e sua escolha deve-se à sua adequação para capturar as complexidades das interações humanas e percepções subjacentes que influenciam a implementação de políticas públicas para explorar as políticas educacionais de inclusão no município de Fortaleza, objetivando compreender profundamente os desafios encontrados ao longo do processo, e quais as práticas associadas à educação inclusiva.

A coleta de dados foi realizada por meio de duas técnicas principais: análise documental e entrevistas semiestruturadas. Na análise documental foram examinados documentos oficiais, legislações, relatórios de políticas públicas e diretrizes municipais pertinentes à educação inclusiva. Esta análise permitiu a compreensão do quadro normativo e das intenções declaradas pelos órgãos de políticas educacionais, onde foram acessados através de portais oficiais do governo e bibliotecas digitais.

As entrevistas semiestruturadas, foram conduzidas por amostragem, com gestores escolares, professores e pais de alunos com deficiência, de instituições de ensino inclusivas. O roteiro das entrevistas incluiu perguntas abertas que abordaram temas como as práticas pedagógicas aplicadas, os recursos disponíveis para suporte à inclusão e os desafios enfrentados no cotidiano escolar, sob o foco de cada um dos entrevistados. Estas entrevistas permitiram coletar informações relevantes sobre as experiências reais de inclusão nas escolas, para garantir que todos os temas relevantes fossem abordados de maneira consistente, enquanto se permitia flexibilidade para explorar questões emergentes. Além disso, foi utilizado um formulário de análise documental para registrar informações chave dos documentos, facilitando a comparação e a síntese de dados.

Quanto à amostragem, a seleção dos participantes foi realizada de forma intencional, visando abranger o máximo de partes envolvidas na educação inclusiva. A escolha dos participantes foi guiada pela relevância de seus papéis no sistema educacional e pela experiência direta com a inclusão de alunos com deficiência.

Para a análise dos dados coletados foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, que envolveu a categorização das informações e a identificação de temas recorrentes. Essa abordagem permitiu a triangulação dos dados provenientes das diferentes fontes, aumentando a confiabilidade das interpretações, já que todas as entrevistas foram conduzidas com o consentimento dos participantes, garantindo anonimato e confidencialidade.

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação inclusiva baseia-se no princípio de que todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras, devem ter acesso a uma educação de qualidade que atenda às suas necessidades e promova seu máximo desenvolvimento. Este conceito é apoiado pela Declaração de Salamanca (1994), que enfatiza a necessidade de as escolas se adaptarem às características de todos os alunos, e não o contrário.

Viajando num percurso histórico da trajetória da educação especial, percebe-se que esta, vem conquistando espaços diversos ao longo dos anos, em ambientes e contextos antes irredutíveis e inacessíveis, mas que apesar das inúmeras conquistas obtidas, é importante ressaltar que ainda hoje enfrentamos obstáculos e dificuldades que atrasam os avanços que são devidos a esse tema em particular, fazendo com que insitemos cada vez mais a voz dessa categoria, para que os avanços não cessem e não hajam retrocessos.

Ao longo dos anos, nos deparamos com diversas fases de compreensão da escolarização das pessoas com deficiência, começando pelas diversas denominações que essas pessoas receberam, como: mongolóides, pessoas portadoras de deficiência, excepcionais, entre outros. Essa falta de entendimento, negligenciava não só o ensino, mas a vida desses indivíduos em todas as áreas. Sendo assim, as propostas de escolarização para o público alvo da educação especial contemplou as seguintes etapas ao longo dos tempos: a exclusão, a segregação, a integração e a inclusão.

Souza e Bertoldi (2015) explicam que, nos séculos XVII e XVIII, as pessoas com deficiência eram excluídas de qualquer convívio social, e reclusas dentro de seus lares, para esconder a “anormalidade” que apresentavam, sendo excluídos do convívio social.

Já no século XIX, foram criados espaços específicos para esse público alvo da educação especial, onde as pessoas com deficiência, conviviam apenas com seus pares, em instituições próprias para cada tipo de deficiência, sendo estes então segregados da sociedade, e mantidos em grupos de convívio apenas com seus semelhantes.

A integração surgiu como princípio norteador do Plano Nacional de Educação Especial – PNEE/1994. A princípio, a proposta era incluir os alunos com deficiência nas escolas regulares, enfatizando que sua permanência dependia exclusivamente de sua adaptação ao ambiente que estavam sendo inseridos, fazendo com que na verdade não estivessem incluídos de fato, mas integrados em ambientes escolares coletivos, precisando eles (os alunos) se adaptarem ao meio que os recebia.

Com o insucesso da primeira proposta, esta foi reformulada e com a resolução CNE/CEB no 2, de 11 de setembro de 2001, a escola percebeu a importância do seu papel nesse processo, e agora assumia a função de adaptar-se para receber um público diferenciado, com particularidades e necessidades específicas que mereciam um olhar mais atento e adequações, não só físicas, mas pedagógicas sob o público que recebiam. Os profissionais precisaram entender um pouco mais sobre o assunto e organizar atividades específicas para apresentar o conteúdo com ludicidade e de forma significativa para esse alunado, fazendo assim o aluno sentir-se parte integrante do seu próprio processo, sendo incluído não só nos espaços, mas nas atividades e eventos direcionados a todo o público discente da instituição de ensino, gerando a inclusão de fato.

No Brasil, a trajetória da educação inclusiva é marcada pela Constituição Federal de 1988, que estabeleceu a educação como um direito de todos. Seguiu-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, que reforçou esse direito e exigiu que as escolas se adequassem para receber todos os alunos, independente de suas especificidades. Mais recentemente, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – PNEEPEI (2008), consolidou a visão de um sistema educacional inclusivo que acolhe a diversidade e promove a aprendizagem.

A implementação de políticas de inclusão enfrenta diversos desafios, incluindo a falta de preparo de professores, infraestrutura inadequada, e resistências culturais. Estudos como os de Mantoan (2003) destacam que a inclusão efetiva vai além da presença física do aluno em sala de aula, engajando-se também na adaptação curricular, no

desenvolvimento de práticas pedagógicas diferenciadas e no suporte às necessidades específicas de cada aluno.

Especificamente no município de Fortaleza, a educação inclusiva tem sido alvo de políticas públicas que buscam adaptar a rede municipal de ensino para oferecer um ensino que respeite as diferenças e promova igualdade de oportunidades. Análises de documentos oficiais e estudos de caso em escolas locais revelam tanto progressos quanto obstáculos específicos da região, que incluem questões socioeconômicas e estruturais. Mesmo adequando as bases organizacionais, é possível perceber outros entraves que foram surgindo no percurso da inclusão de pessoas com deficiência em ambientes escolares.

Políticas públicas voltadas para a Educação especial foram até propostas, mas nem todas de fato implantadas, e embora haja boa vontade, interesse e iniciativa de praticá-las, muitas vezes são travadas pelas barreiras burocráticas e falta de recursos para o desenvolvimento das ações.

Porém, é notório que algumas instituições de ensino não estão devidamente preparadas e organizadas para o recebimento desse público, compreendendo desde problemas atitudinais até estruturais, decorrentes da arquitetura da escola, como a ausência de rampas de acesso, de pisos táteis, falta de barras de metais, sinalizadores visuais e sonoros, entre outros (Souza et al., 2023, p. 160).

O problema apresentado é relativo às adaptações físicas, com rampas para cadeirantes, piso tátil para cegos, estimulação visual para surdos, entre outros. Seguidos da falta de materiais adaptados para deficiências específicas, como a surdez, a cegueira, e a baixa visão.

Outro fator de extrema significância é a formação dos profissionais para atuarem no atendimento aos PcD (Pessoas com deficiência) dentro do ambiente escolar, pois ao receber um aluno com deficiência, toda a escola deve estar preparada para saber lidar com ele.

Falando especificamente do professor que vai receber esse aluno, este deve estar qualificado desde a sua formação inicial, habilitado para atuar nos níveis de ensino proposto e buscar sempre qualificar-se e atualizar-se para melhorar cada vez mais sua prática pedagógica, e para enfrentar as dificuldades apresentadas, o professor precisa fazer malabarismos para conseguir manter-se bem informado e profissionalmente capacitado. As instituições de ensino não ofertam formação continuada com qualidade para os profissionais, precisando assim, o professor gastar recursos financeiros próprios,

abdicar do seu tempo de folga ou lazer, para buscar uma formação continuada de qualidade.

Mesmo com aquisição do conhecimento, o professor é barrado pela falta de material para desenvolver as atividades, precisando utilizar seu próprio salário em função da realização das atividades com qualidade, visto que atender as demandas das particularidades de cada aluno, com deficiência ou não, exige além de estudo, dedicação, recursos pedagógicos específicos para cada objetivo proposto.

A ideia é explorar perspectivas teóricas contemporâneas sobre inclusão, que argumentam a favor de uma abordagem mais holística e integrada. Essas perspectivas criticam modelos anteriores por sua ênfase excessiva na assimilação do aluno às estruturas existentes, em vez de transformar essas estruturas para atender às necessidades de todos os alunos:

A educação inclusiva pode ser definida como a prática da inclusão de todos – independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural – em escolas e salas de aula provedoras, onde as necessidades desses alunos sejam satisfeitas
(STAINBACK; STAINBACK, 1999, p. 21).

Complementando essa visão, Martins et al. (2008, p. 19) argumentam que a educação inclusiva é um “movimento que busca repensar a escola, para que deixe de ser a escola da homogeneidade e passe a ser a escola da heterogeneidade, para que a escola da discriminação dê lugar à escola aberta a todos”.

Ambos os pensamentos se convergem na ideia central de que a educação inclusiva visa a criação de um ambiente escolar que seja receptivo e adaptável às diversas necessidades dos alunos. Stainback e Stainback (1999) destacam a necessidade de prover ambientes onde as necessidades específicas de todos os alunos sejam atendidas, sugerindo uma abordagem prática e centrada nas adaptações necessárias para a inclusão. Martins et al. (2008), por sua vez, enfocam a transformação da estrutura escolar como um todo, movendo-se de um paradigma de homogeneidade para um de heterogeneidade, sugerindo uma mudança mais ampla e filosófica na forma como a educação é concebida e praticada.

Assim, enquanto Stainback e Stainback fornecem uma definição operacional da educação inclusiva, Martins et al. expandem essa definição para incluir a necessidade de uma mudança sistêmica nas escolas, promovendo a aceitação da diversidade como um valor fundamental. Ambas as perspectivas são complementares e essenciais para a compreensão e implementação eficaz da educação inclusiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados coletados durante a pesquisa foram organizados em categorias analíticas que refletem os principais temas emergentes. As informações foram esquematizadas utilizando gráficos e tabelas para facilitar a compreensão dos padrões e tendências observadas.

Os resultados encontrados revelam uma disparidade significativa entre o conhecimento teórico das políticas de inclusão e sua aplicação prática. Embora a maioria dos professores demonstre familiaridade com a legislação de inclusão, muitos relatam falta de recursos e suporte para implementar essas políticas de maneira eficaz. Este achado corrobora com estudos anteriores como o de Mantoan (2003), que enfatiza a necessidade de uma infraestrutura adequada e de formação contínua para os educadores.

A análise dos recursos disponíveis nas escolas mostra uma deficiência específica em suportes humanos especializados, o que limita a capacidade de atendimento às necessidades específicas dos alunos com deficiência. Esta constatação é apoiada por teóricos como Booth e Ainscow (2002), que argumentam a favor de um modelo de educação inclusivo que integre recursos especializados no ambiente escolar regular.

As percepções de pais e professores sobre a eficácia das práticas inclusivas indicam que, apesar dos esforços, ainda há um caminho longo a ser percorrido para que a inclusão se torne uma realidade eficaz. Esta perspectiva é consistente com as proposições de Florian e Black-Hawkins (2011), que defendem uma abordagem mais colaborativa e menos isolada na implementação de práticas inclusivas.

A discussão de propostas busca não apenas interpretar os dados coletados, mas também caminhos inovadores para o aprimoramento das políticas e práticas de inclusão. É fundamental considerar a ética na implementação de tais políticas, garantindo que todos os alunos, independentemente de suas necessidades, recebam uma educação que promova sua plena participação e desenvolvimento.

Como sugestões a criação de redes de suporte entre escolas, formação continuada de professores em práticas inclusivas baseadas em evidências e a utilização de tecnologia assistiva para superar barreiras físicas e pedagógicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada analisou criticamente as políticas educacionais de inclusão no município de Fortaleza, destacando *insights* importantes e desafios persistentes na implementação dessas políticas nas escolas locais. Embora os educadores estejam familiarizados com a legislação de inclusão, essa familiaridade nem sempre se traduz em práticas efetivas, principalmente devido à escassez de recursos e à inadequação das infraestruturas escolares.

As principais conclusões incluem: a) descompasso entre teoria e prática: apesar de um arcabouço legal robusto para a educação inclusiva, existe um descompasso específico entre a teoria e a prática. Isso ressalta a necessidade crítica de fortalecer a formação de professores, o suporte infraestrutural e os recursos didáticos para atender à diversidade dos alunos; b) deficiência de recursos: a falta de recursos humanos especializados e materiais adaptativos é uma barreira significativa que prejudica a eficácia da inclusão. Essa deficiência afeta diretamente a qualidade da educação oferecida aos alunos com necessidades especiais; c) percepções de pais e professores: as percepções de pais e professores indicam apoio à ideia de inclusão, mas também refletem frustrações com as limitações práticas de sua implementação. Isso destaca a importância de estratégias de engajamento da comunidade escolar no processo inclusivo.

Além disso, as implicações práticas dessas conclusões afetam diretamente a política educacional e a prática pedagógica em Fortaleza e em outras regiões com desafios semelhantes. A melhoria das condições de inclusão requer investimento em recursos, formação contínua e um comprometimento renovado com a transformação das práticas escolares.

Por fim, o estudo também sugere áreas para pesquisas futuras, como a realização de estudos longitudinais para acompanhar a evolução das práticas de inclusão ao longo do tempo e a comparação das práticas em Fortaleza com outras cidades ou países para obter novas perspectivas sobre métodos de implementação.

REFERÊNCIAS

BOOTH, T., AINSCOW, M. **Index for Inclusion: Developing Learning and Participation in Schools**. CSIE: Centre for Studies on Inclusive Education. 2002. Disponível em: <https://www.eenet.org.uk/resources/docs/Index%20English.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2024.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. **DECLARAÇÃO DE SALAMANCA**. Brasília, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 09 jun 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 06 set. 2024.

BRASIL. **Ministério da Educação. Constituição Federal** (Art.5, p.2) Resolução No 4, AEE, 2009.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**, Brasília, livro 1/MEC/SEESP, 1994.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB 2/2001. **Diário Oficial da União**, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção 1E, p. 39-40. <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>

FLORIAN, L., BALCK-HAWKINS, K. (2011). Exploring inclusive pedagogy. *British Educational Research Journal*, 37(5), 813-828.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna. 2003.

MARTINS, L. A. R.; et al. **Inclusão: compartilhando saberes**. 3. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008. **Decreto no 6.571**, de 17 de setembro de 2008.

SOUZA, M.R.R. et al. Desafios da educação inclusiva no semiárido brasileiro: uma revisão sistemática. **Perspectivas em diálogo: Revista de Educação e Sociedade**. Naviraí, v. 10, n. 22, p. 159-181, jan./mar. 2023.

SOUZA, P., BERTOLDI, M. O direito na educação inclusiva e ações afirmativas. **JUSFARESC -Revista Jurídica Santa Cruz**, v. 6, fev. 2017. Disponível em: <https://unisantacruz.edu.br/revistas-old/index.php/JUSFARESC/issue/view/28>. Acesso em: 21 Abr. 2024.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão: Um guia para Educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1999.